
O dilema do planejamento urbano em Harare, Zimbábue

Isaac Chaipa – chaipa@zimtrust.org.zw

Education Trust, Harare, , Zimbábue

Foto 1 - Beacon Mbiba - mulheres vendendo milho em Harare



crescimento e a expansão geográfica da agricultura urbana no Zimbábue são atribuídos, em grande medida, aos duros efeitos dos "programas econômicos de ajuste estrutural" (PEAE). O impacto negativo dos PEAE manifestou-se na erosão dos salários básicos, na escalada dos preços dos produtos da cesta básica e no aumento da desigualdade entre as famílias ricas e pobres. Estudos realizados por ENDA – Zimbábue (1994) indicam que a superfície total de terras cultivadas na cidade de Harare aumentou dramaticamente em cerca de 93% entre 1991 e 1994. Esse período coincide com as primeiras etapas do PEAE, lançado em 1991. A superfície de terras cultivadas também aumentou devido à crise econômica dos últimos anos. A capacidade de resposta e as ações das autoridades urbanas locais para abordar as necessidades prementes da comunidade urbana adquiriram uma importância crucial.

No Zimbábue, a prática e a natureza das atividades agrícolas dentro do meio urbano estão causando dores de cabeça aos planejadores urbanos, principalmente aos mais conservadores, empenhados em preservar o *status quo*. Tradicionalmente, o ambiente urbano caracterizou-se pela ausência de atividades agrícolas, já que essas se integram mais usualmente às atividades dos assentamentos rurais (Mbiba, 1995).

As atividades de agricultura urbana no Zimbábue caem dentro de duas grandes categorias: atividades agrícolas intra-urbanas e atividades agrícolas periurbanas, essas executadas, como informa o seu nome, na periferia das cidades. Ainda que todas as atividades agrícolas sejam de grande importância para as autoridades locais encarregadas do planejamento urbano, o modelo de produção agrícola intra-urbana praticado fora dos quintais das casas é o mais polêmico e problemático na prática do planejamento urbano, sendo oficialmente considerado como ilegal.

A introdução descontrolada de práticas de cultivo convencional em terras ecologicamente frágeis, incluindo o uso irresponsável de agrotóxicos na produção de hortaliças e outros cultivos, é citada muitas vezes como razão pela qual a agricultura urbana nunca deveria ser considerada como uma opção séria para o uso dos solos urbanos. Assim, os planejadores urbanos se vêem presos em uma charada na qual, por um lado, eles devem abordar as necessidades atuais da cidadania, mas por

outro lado devem proteger o ambiente ecológico e físico de acordo com as noções consagradas do gerenciamento urbano convencional. Na maioria dos casos, os assuntos relacionados com o sustento da população urbana, sobretudo dos pobres, são quase sempre relegados para o segundo plano diante das considerações inflexíveis do planejamento ambiental convencional.

Os alimentos produzidos dentro do meio ambiente urbano são consumidos basicamente pelas famílias que os produzem, enquanto que os excedentes são vendidos nos mercados urbanos. Depois dos problemas relacionados à produção, os planejadores têm que enfrentar os problemas da comercialização desses produtos agrícolas. Nas cidades de Harare e Gweru, as autoridades locais se envolveram em incessantes conflitos com vendedores de frutas, hortaliças e outros cultivos, que querem sempre vender os seus produtos em áreas não autorizadas e freqüentemente em choque com outros usos dos terrenos urbanos.

Os recursos urbanos de terras e água são fundamentais para o desenvolvimento e a prática da agricultura urbana. O acesso a esses recursos, pelos produtores urbanos pobres, é limitado por uma competição intensa exercida pelos outros usos possíveis da terra urbana, tais como moradia e instalações industriais. Os planejadores na maioria dos centros urbanos do Zimbábue consideram o cultivo em espaços abertos urbanos como um obstáculo para o desenvolvimento. E mais: a promoção das operações baseadas no livre-mercado, na distribuição das terras urbanas, exclui inevitavelmente os pobres e os indefesos das operações econômicas e imobiliárias urbanas.

Alguém pode supor que cabe aos planejadores defender os direitos dos mais vulneráveis, reservando deliberadamente terras para que os pobres possam produzir seus alimentos; porém o meio institucional no qual operam os planejadores urbanos é um obstáculo considerável a um planejamento inovador e sensível às necessidades dos mais humildes.

Processos institucionais e o sistema de planejamento do uso dos solos urbanos

Historicamente, o planejamento urbano no Zimbábue tem se orientado por rígidos planos-mestres e suas variações locais, que costumam asfixiar as adaptações provocadas pelas necessidades econômicas urbanas emergentes e imprevistas, enquanto que os planejadores urbanos sofrem pressões que representam quase sempre interesses de ganhos políticos e econômicos de curto prazo.

Uma revisão da resposta das autoridades locais ao planejamento urbano revelaria que as forças políticas têm estado na liderança do desenvolvimento da agricultura urbana. Por exemplo, a cidade de Harare promoveu "cooperativas" de agricultura urbana desde 1985, seguindo uma instrução do Ministério do Governo Local e Planejamento Urbano. Essas "cooperativas" agrícolas nunca funcionaram como cooperativas no verdadeiro sentido da palavra, mas como grupos organizados para adquirir terras. Essas "cooperativas" agrícolas eram mais uma manifestação dos experimentos do partido no poder com as ideologias socialistas do que uma intervenção de planejamento deliberada e cuidadosamente concebida para abordar as necessidades dos cidadãos. De igual forma, a tolerância da agricultura urbana em outros centros urbanos como Gweru, poderia ser considerada como mais motivada politicamente do que uma intervenção de planejamento consciente. Em anos de eleições setoriais, de vereadores locais e de congressistas federais, foi permitida inclusive a continuidade de práticas agrícolas mais nocivas para o meio ambiente e para a saúde.

O planejador urbano opera em um meio institucional que está no centro de diversos interesses políticos. O fato de que os funcionários do planejamento urbano devam prestar contas aos vereadores eleitos politicamente, a maioria dos quais não têm experiência com planejamento urbano ou administração, restringe o

desenvolvimento de formas inovadoras de integrar as atividades agrícolas no sistema de uso de terras urbanas. Em consequência, a maioria dos planejadores se limita a observar o *status quo*, implementando um controle sobre o desenvolvimento que siga as normas, disposições e procedimentos estabelecidos, como a Lei de Conselhos Urbanos. Além disso, uma escassez crítica de planejadores habilitados também limita um planejamento mais inovador e sensível.

A integração bem sucedida e sustentável da agricultura urbana nos sistemas de uso de solos urbanos no Zimbábue é uma tarefa complexa que requer um enfoque que inclui diversos atores, no qual os planejadores urbanos profissionais assumam a liderança e proporcionem um meio de operações favorável. Isso requer uma conscientização pública e política intensiva e um estrito respeito à ética da boa administração urbana.

Referências

- Chaipa I. 2001. Institutional Bottlenecks in Urban Poverty Alleviation: the case of urban food production by the poor and the local governance system in the City of Gweru. Texto preliminar de tese de mestrado, Universidade do Zimbábue.
- ENDA-Zimbábue, 1994. Urban Agriculture in Harare: ENDA-Zimbábue.